

Literacia, leitura, (des)bloqueamentos

Aires A. Nascimento

Universidade de Lisboa - CEC – Fac. Letras

Iliteracia. No seu livro intitulado *Biblioteca* (pequeno em número de páginas, mas enorme em sabedoria e rico de sugestões), o autor sérvio Zoran Čivković, em projecção tão ficcional como transponível para experiência vivida, simula que, dos potenciais utilizadores de livros na “Biblioteca Infernal”, 84,12% não possuem real vocação para a leitura: 26,38% deles são completamente analfabetos; 47,71%, embora alfabetizados, ao longo da vida nunca pegaram em nenhum livro; apenas 10% tentaram alguma vez ler um livro, mas ficaram pelas primeiras páginas¹. Não é pela leitura que se vai parar ao inferno – pareceria ser conclusão legítima... Em contrapartida, talvez a leitura possa ajudar a evitarmos o inferno, ao menos enquanto peregrinamos pela terra. Contribui ela certamente para minorar ou até evitar os efeitos funestos do isolamento e da indiferença, atitudes que devem ser contadas entre as que provocam, activa ou passivamente, a exclusão (condenação) social – o inferno insuportável desta vida. Em todo o caso, a leitura apenas atinge dimensão verdadeiramente humana quando a «conscientização» do meio e a capacidade de nele intervir ganha funcionalidade, ou seja quando a «leitura» do mundo se abre em palavra e a formulação desta, feita com os outros, regressa a fecundar a primeira observação do real².

De acordo com uma concepção que se pode colher em categorias difundidas por entidades que actuam neste plano, são iletradas as pessoas que não dominam suficientemente a escrita para

1 Zoran ČIVKOVIĆ, *Biblioteca*, Lisboa, Cavalos de Ferro, 2005, 57.

2 A palavra «conscientização» é de Paulo Freire e nunca foi totalmente assumida pelo vocabulário do lado de cá do Atlântico, não obstante algumas campanhas de «literacia» (por antecipação) realizadas em campos de férias por grupos motivados; tais campanhas perderam fôlego e mobilização após experiências menos felizes que se seguiram ao movimento de 1974. A doutrina de P. Freire passou depois para foros académicos; citamos, apenas a título de exemplo, Manuel MOURA, *O pensamento de Paulo Freire; uma revolução na educação*, Lisboa, Multinova, 1978. A esse tempo continuava o autor a fazer intervenções tão luminosas e empenhadas como as que se podem ler em Paulo FREIRE, *A importância do ato de ler – em três artigos que se completam*, São Paulo, Cortez, 1982 (39ª ed., 2000).

fazer frente às exigências mínimas da vida pessoal e profissional³. Concepção limitada, mas legítima e minimamente operativa – enquanto procura atender a situações gritantes de marginalidade. Concepção negativa, que não tem em conta a eventual riqueza de outras capacidades e outros saberes – tão profundos que muitos “letrados” não os atingem e tão criativos que conseguem partilhar com outro a riqueza que anima a sua interioridade. Concepção minimalista também, porque não ultrapassa a função utilitária. Nem por isso menos prática. Atente-se, pelo menos, em que seria tão perigoso considerar suficientes as operações de escolaridade mínima (ler, escrever e contar) como ignorar o seu contributo para o desenvolvimento de capacidades analíticas e judicativas. A leitura só tem sentido humano se servir para criar encontro da interioridade própria com a interioridade de outros, para a solicitar e para a desenvolver como identidade e como integração no grupo ou na sociedade, dando ao leitor uma relação com o meio e incentivando nele capacidades evocativas e argumentativas⁴.

3 A OCDE definiu literacia em 1995 como «capacidade para entender e usar a informação escrita no dia-a-dia, em casa, na escola e na comunidade de forma a conseguir os objectivos pessoais e desenvolver o próprio conhecimento e as capacidades próprias». Esta definição deve considerar-se hoje ultrapassada perante as alterações que derivam da revolução causada pelas tecnologias da comunicação que desencadeiam a globalização e obrigam à educação e formação permanentes, numa reconfiguração do meio em que tudo muda. Aprender a lidar com novos conteúdos implica mais do que nunca atitude activa; não menos exigentes são as novas linguagens, por efeitos da simbolização que ocorrem em escala acelerada. Por isso, não está em causa simples analfabetismo, mas a necessidade de responder a uma nova ordem de coisas, de aprender a conviver com um novo mundo, com novas competências para entender novas linguagens e perceber o valor dos textos. A escolarização anterior já não chega para os maiores de 16 anos possuírem o mínimo de competências profissionais, sociais e culturais que os integrem nas alterações que ocorrem em seu torno e que implicam diversidade crescente, competição e liberalização; os efeitos funestos que daí podem decorrer é a desintegração social, a desigualdade de oportunidades, desequilíbrios sociais, conflitos de todo o género. A chamada estratégia de Lisboa, em reunião da UE pressupõe uma sociedade de competência de conhecimento num horizonte de quinze anos, até 2015, com competências em acesso, gestão, integração e interacção para um conhecimento crítico; no mínimo, pressupõe-se a aquisição de competências de escrita, de leitura literária, de expressão de linguagem e de raciocínio lógico e matemático. As categorias da antiga escola voltam a ser revalorizadas.

4 A aquisição do direito à escolaridade mínima é lenta: a profissionalização da leitura e da escrita apenas ganha terreno à medida que as transformações sociais se alargam; o comércio movimenta as pessoas e obriga-as a reter dados disponíveis (o séc. XII assim o reclama); a leitura que funcionava em grupos restritos, muitas vezes de piedade ou de associativismo laboral (no interior de grupos como os da *devotio moderna*), alarga-se com a disponibilidade do livro consentido pela imprensa; é pelos séculos XVI e XVII que as comunidades urbanas procuram garantir o funcionamento da escola fora do âmbito clerical (dê-se ao termo a abrangência que o termo *clerc* conserva em francês e que, em português, apenas entrevemos por contraposição a «leigo»). É só a partir da terceira década do séc. XIX que o Estado toma a seu cargo a escolarização, mas apenas no séc. XX se propõe a alfabetização de toda a população como objectivo a alcançar. Lentamente associa-se a alfabetização primária com a capacidade funcional de intervir no meio. É no contexto da Reforma e da Contra-Reforma que a Igreja faz da alfabetização de massas uma preocupação pastoral com o objectivo de instruir e fazer bons cristãos – entre nós, em atraso cultural relativamente ao resto da Europa, apenas mais tarde se assume essa preocupação; nesse aspecto não será demais realçar como a figura de Fr. Manuel do Cenáculo, ao dar o Regulamento à sua Biblioteca Pública de Évora, salienta que se destina a «instrução dos fiéis» (obediência a princípios de iluminismo? – não navegava por essas águas o sábio arcebispo; cf. J. MARCADÉ, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, évêque de Beja, archevêque d'Évora (1770-1814)*, Paris, Fund. Gulbenkian, 1978). O Estado Republicano, por seu lado, concebe a instrução como o berço do cidadão com acesso ao exercício da liberdade e da razão. O modelo revolucionário consagrado na Rússia, a seguir aos acontecimentos de 1917, marcará outro passo significativo ao fazer da alfabetização generalizada uma bandeira. Em 1978, a UNESCO define o conceito em termos precisos: «É funcionalmente analfabeta a pessoa que é incapaz de exercer todas as actividades para as quais a alfabetização é necessária a juízo e interesse do bom funcionamento do seu grupo e da sua comunidade e também para permitir ao próprio continuar a ler, a escrever e calcular, tendo em vista o seu próprio desenvolvimento». Infelizmente, o conceito dá uma definição que não escapa à tautologia e aos efeitos de manipulação da escrita. Para o percurso histórico, em síntese, limitada mas útil, cf. Béatrice FRAENKEL & Léon GANI, «Illétrisme», em *Encyclopaedia Universalis*, 2004.

O problema da leitura e da literacia é tão vasto, nas suas implicações sociais, linguísticas, psicolinguísticas e culturais, que facilmente se corre o risco de extravasar de um campo ao outro (sem competências específicas para o seu tratamento) ou de ignorar e integrar o domínio paralelo. Os efeitos de inclusão / exclusão de imigrantes nos países ocidentais são mais que evidentes e têm vindo a primeiro plano pelas repercussões sociais que desencadeiam. No entanto, a falta de simples alfabetização de cidadãos normais não pode ser escamoteada nem a promoção da leitura que leva a uma participação mais consciente na vida comum, pelo que a vida literária significa, pode ser tida em menos conta, já que está em jogo a qualidade de educação humana e das habilitações possuídas. A ONU pretende que 2003-2013 seja uma década consagrada à literacia. Mas o âmbito alarga-se ao domínio de novos suportes informáticos, pelo que a mediologia não é neologismo que se possa ignorar ou dispensar numa sociedade marcada pela multiplicidade de meios de informação.

Um panorama em negativo. A realidade do mundo em que mais imediatamente nos movemos está longe de oferecer dados precisos e longe também de proporcionar meios seguros para uma análise clarificadora⁵.

A ter em conta o estudo levado a cabo em âmbito internacional pelo PISA (*Programme for International Student Assessment*), os alunos portugueses de 15 anos têm deficiências que os colocam em nível de inferioridade no desempenho em literacia de leitura, matemática e ciências, quando comparados com os seus “pares” da OCDE⁶. Sondagem posterior, encomendada pela APEL e realizada pela Quantum, em Março de 2004, dá para Portugal resultados que coincidem com aqueles resultados⁷.

Há iletrismo forte entre nós – acentua-se: a percentagem das estatísticas é a maior da União Europeia. Iletrismo significa, no caso, e muito concretamente, real incapacidade de dominar o uso da escrita e de praticar a leitura com apreensão directa dos conteúdos enunciados ou a enunciar.

5 Para uma abordagem ao tema, veja-se em local da NET sustentado pela Escola Superior da Educação, http://www.eselx.ipl.pt/curso_bibliotecas/sociedade_informacao.

6 Cf. www.gave.pt/pisa/literacia_matematica_pisa2003.pdf. Consideraram-se cinco níveis categoriais para aplicação. A partir do cimo: 5) tarefas sofisticadas de leitura: compreensão explícita de textos, captação das informações relevantes, avaliação crítica; 4) tarefas difíceis: localizar informação implícita e avaliar criticamente um texto; 3) tarefas de complexidade moderada: localizar segmentos de informação e estabelecer relações entre as várias partes do texto; 2) tarefas básicas: localização simples de informação e compreensão do significado de parte bem definida do texto; 1) tarefas menos complexas, como localizar uma única peça de informação e identificar o tema principal do texto. O valor da média portuguesa situa-se abaixo da média da OCDE e muito distanciada dos países que obtiveram melhores classificações médias. Preocupante é o resultado que se observa precisamente no nível 1, que é o mais baixo de todos: 17 % de alunos contra uma média de 12 % no espaço da OCDE; o comportamento nos níveis seguintes é também de inferioridade: 25 % no nível 2º; 27 % no 3º, 17 % no 4º; 4 % no 5º, tendo as médias da OCDE sido, respectivamente, de 22 %; 29 %; 22 %; e 9 %). O panorama é desolador, mas agrava-se quando olhamos para a percentagem de alunos que não atingiram sequer o nível 1º, revelando sérias dificuldades em usar a leitura como um instrumento efectivo para a extensão de conhecimentos e competências noutras áreas: 10 % dos alunos portugueses estão nessa situação, quando a média no espaço da OCDE é de 6 %. Os resultados encontram-se publicados no relatório *Measuring Adult Literacy. The International Adult Literacy Survey in the European Context* (Carey, ed.), 2000, e foi explorado por Maria do Carmo Gomes, Patrícia Ávila, João Sebastião e António Firmino da Costa, «Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais», em acesso www.aps.pt/ivcong-actas/Acta104.PDF.

7 Cf. www.apel.pt/cmgestao/include/imagedis.p. O mapa de diacronia não assinala melhorias desde 1996. Anteriores são outras análises: João Teixeira LOPES e Lina ANTUNES, *Bibliotecas e Hábitos de Leitura: Instituições e Agentes – Relatório Síntese*, Lisboa, IPLB, 2000; João Teixeira LOPES & Lina ANTUNES, *Novos Hábitos de Leitura: Análise comparativa de estudo de caso*, Lisboa, IPLB, 2001; Ana BENAVENTE (coord.), *A literacia em Portugal*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1996; Eduardo de FREITAS, José Luís CASANOVA e Nuno de Almeida ALVES, *Hábitos de Leitura – um inquérito à população portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.

Mesmo entre os que foram à escola, o iletrismo é uma realidade – triste, por certo. Se são hoje quase residuais os que não passaram pelos bancos da instituição escolar em períodos mais ou menos longos nas últimas décadas, é muito alto o abandono no secundário – tempo em que se devem consolidar hábitos de sociabilidade e de cultura. As estatísticas subiam a 45% em anos passados e a tendência não terá baixado⁸. Mas, que oferece a escola? Um tempo de exercício penoso de escrita e de leitura ou desenvolvimento de capacidades de uma inserção útil e transformadora (socialmente crítica e criativa), no meio?

A julgar pelos resultados, são frágeis os programas de inclusão de literacia postos em funcionamento. São insuficientes para gerarem consciência crítica da situação em moldes consistentes e consequentes. Se chega a existir tal consciência crítica, não parece que ela seja operativa e atinja o nível de intervenção com mentalidade transformadora que ultrapasse lamúrias – que a propensão para o fado é pródiga em fornecer – e obtenha animação com aproveitamento da prática de leitura e do exercício da escrita⁹. Os grupos de vida (dos escuteiros aos grupos apostólicos paroquiais até às juventudes políticas) sempre foram mais dinâmicos, mesmo quando não colocavam a alfabetização nos seus programas e projectos imediatos. Promovem-se, às vezes, sessões de leitura em salões povoados de intelectuais – oxalá elas proliferassem como modalidade que contagiasse outros ambientes (tanto como os cinemas e os teatros, pelo menos – seriam menos dispendiosos em parafernália e em manutenção; preferível que fossem não só de festa – e de excepção, mas correspondessem a hábitos quotidianos – que fossem abertos e interpelativos, formando ondas que abrangessem e integrassem todos os estratos da comunidade humana)!

Também não tenho percepção directa e analítica do grau de representatividade das estatísticas editoriais para me dar conta dos padrões de leitura que predominam. À primeira vista, o panorama poderá parecer desanuviado e os resultados lisonjeiros, se nos ativermos ao número de livros publicados diariamente ou quanto à recolha de jornais gratuitos em pontos de grande circulação de pessoas (como é o das bocas do Metro). Em plano de análise, porém, os dados inflectem noutro sentido. Há números sem consistência: os programas de televisão destinados à apresentação de livros têm (alguma) influência na compra, mas isso não parece corresponder a leitura efectiva; contribuem facilmente para que uma percentagem não negligenciável da população se precipite para alguma livraria, mas é duvidoso que com isso se esteja em plano efectivo de leitura, pois o snobismo e a convenção do chique sobrepõem-se a objectivos culturais¹⁰. Mesmo quan-

8 Numa escala divulgada pela OCDE, e de que o jornal espanhol *El País* em artigo intitulado «Radiografía de las dolencias del sistema educativo» se fazia eco em 12 de Novembro de 2005, Portugal aparecia no patamar 20 de educação, quando a Espanha ocupava o patamar 41, a Itália o 46, a Grécia o 52, a França 65, a Finlândia 75, a Suécia 82, o Japão 83, a Alemanha 83, o Reino Unido 84, EE UU 87; o nível de habilitações colocava-nos também em lugar de penúltimo (só Malta está por baixo): com menos que secundário, 80% da população; com secundário 11%; com grau universitário 9%; para Espanha, os dados correspondentes são: 58%, 17%, 24%; o distanciamento é ainda mais acentuado para França: 35%, 41%, 24%; o Reino Unido: 16%, 57%, 27%... A evolução de 1991 para 2002 pode medir-se pelos dados que se registavam naquele ano entre nós: 86%, 8%, 7%.

9 Registo a existência da AFL (*Association Française pour la Lecture*) e do IRA (*International Reading Association*) cujo objectivo é «desescolarizar» leitura, a fim de «transferir para o conjunto do corpo social a responsabilidade da “leiturização” dos seus membros; este neologismo acentua a vontade de ruptura com as práticas de alfabetização, incapazes de satisfazer a reivindicação de um alargamento das bases da vida democrática e assegurar uma elevação massiva do nível de formação geral das forças produtivas».

10 Alguém que interveio na implantação de uma cadeia de publicação e venda de livros a domicílio confidenciava-nos em tempos que o melhor assinante era aquele que se contentava com receber o livro, pagar as cotas e colocar o volume na prateleira, sem sequer verificar que havia algum caderno com páginas em branco. Com a utilização de código de barras para os registos de entrada, os técnicos de biblioteca correm o risco de admitirem exemplares defeituosos, em que

to à classe dos autores (que são os mais aptos a servirem-se da escrita), talvez Portugal não escape à crítica que recentemente um escritor chileno fazia do seu próprio país, quando acentuava que no Chile se publicam muitos livros, mas não estava certo de que mesmo aqueles que escrevem um livro por ano possam testemunhar que lêem um livro nesse mesmo período¹¹.

A tabela de vendas de livros apresentada por alguns jornais, que se baseiam em informação colhida em algumas livrarias, não ajuda a documentar uma leitura crítica implantada entre nós – já que os vícios da aparência encobrem a realidade. Por outra parte, infere-se de imediato que a ficção banal campeia; ora, por muita condescendência que haja, teremos de conceder que ela não contribui para gerar mais dinamismo intelectual e cívico que os livros de sentimentalismo piegas de outros tempos (que hoje se esconde, mas regressa com o predomínio das telenovelas).

Leitura, um exercício humano complexo. Não é o consumismo do livro que inverte tendências. Não é esse o sentido primário de ler. A etimologia latina, *legere*, supõe a capacidade de «colher», mas implica também, e sobretudo, a capacidade de «escolher», o que conduz necessariamente ao exercício de julgar e de intervir – aliás, o termo grego *anagnostes* (e vale a pena aduzi-lo) que significa «leitor» reporta-se a «reconhecimento» – *anagnorisis* – e este está relacionado com *anagignosco* que significa «conhecer a fundo» – por reconhecimento directo, analítico e organizado.

De facto, é sempre fácil praticar o instinto predador: (re)colher é função de aprisionamento; é pouca coisa se não supuser que a recolha implica um juízo relativamente ao valor do acto praticado e se não se integrar no exercício de conhecimento. Com isso estamos num primeiro grau de cultura – lançar mão de um livro pode não ultrapassar a atitude primeira de quem, sentindo-se atraído por um objecto, o quer para si. Em alargamento e superação de processo, a leitura que incide sobre o texto é fundamentalmente um exercício de recuperação interior de um registo escrito – difere e dilata no tempo o encontro com esse registo, que, de si, é o resultado de um processo intelectual. Mais que isso, o processo vale porque institui a possibilidade do exercício crítico, livre e descomprometido de uma actividade interior que se alimenta e se desdobra em contacto com as expressões (formalmente cuidadas) dos outros.

Se ler equivale a escolher, estamos no cerne do exercício de liberdade; por isso o incitamento à leitura deveria ser também orientado pelo princípio do respeito pela capacidade de escolha. Pedagogia teoricamente útil será aquela que orientar nesse sentido; os condicionamentos deveriam ser vigiados para não constituírem constrangimentos; por isso também os programas de oferta deveriam ser sobretudo de disponibilização para estruturação e não de aliciamento para dis-

nem sequer o estado material foi verificado na incorporação... Quando a afluência às livrarias coincide com eventual recomendação emanada de programa televisivo, não teremos avançado muito no sentido crítico da escolha. É fácil de verificar que o sentido crítico não sabe distinguir a ficção da doutrina (como acontece no acolhimento dado a subprodutos como o *Código Da Vinci*).

11 Quem o diz é Antonio SKÁRMETA: «Em meu país, no Chile, talvez se passe o mesmo que no Brasil. Todos escrevem, porém nada lêem. Um editor chileno, amigo meu, me disse que, se cada escritor que escreve um livro por ano lesse por ano um livro, o negócio editorial seria o melhor do mundo». Conhecem-se casos de ódios de estimação entre escritores e dificilmente encontraremos, entre nós, algum deles que tenha em bom apreço o outro, seu concorrente. Será possível colocar dois escritores a demonstrar o contrário, discutindo não apenas processos formais, mas problemas reais da sociedade portuguesa? Tomámos parte num curso de iniciação à leitura/literatura num ano que já vai longe, em 1966, na Sociedade de Belas Artes: David Mourão-Ferreira, que dirigia o curso, dialogou intensamente com J. Monteiro Grilo (Tomás Kim) sobre arte e teoria literárias – ambos foram, cada um a seu tempo, professores de Teoria da Literatura na Faculdade de Letras de Lisboa; em momentos mais recentes, o grupo Graal é um exemplo de dinamização de leituras em sessões nas quais coloca autores a falar não apenas de si, mas também de outros (Manuel Gusmão, Tolentino de Mendonça, Gastão Cruz, por exemplo); na Faculdade de Letras de Lisboa têm-se organizado encontros informais para debater leituras com os autores de livros... Não serão casos únicos; felizmente, há domingo (ou seja, a excepção comprova a regra)...

tracção, de juízo provocado e não de propaganda escamoteada, de clarificação de motivos e não propriamente de sugestão imitativa (em que o inexorável «gostei» surge como substituto de juízo crítico ou disfarce de incapacidade de ir mais longe), de incitamento mais à oblatividade que a concorrência. Ideal utópico? A leitura corresponde a uma forma de partilha em comunidade, construindo cidadania em forma de convívio.

Valerá a pena regressar ao processo criativo do poeta e reconhecer como ele se sente activo no formular da palavra e como esta é resultado de uma lucidez que supera a sonolência do quotidiano e redundante em acção¹².

De facto, se axiomáticamente ler é encontro com o que alguém oferece da sua interioridade, fazendo-o em forma elaborada, a leitura tem de supor concentração e disponibilidade para ser ponto de encontro de praticantes de cultura (conceito que implica profundamente o homem e o humano: numa mesma língua, numa mesma comunidade cultural, em exercício activo e, se possível, tendencialmente criativo, de participação). Nestas condições, a trivialidade seria o inimigo maior.

No horizonte assim traçado, ler é expressão qualificada de cidadania, sendo, como é, expressão de convívio em partilha de vida em comum (mesmo que o exercício se constitua adentro dos muros de uma casa, por modesta que seja).

Leitura é tudo isto: é um exercício de reconhecimento do texto – para isso prepara (deve preparar) a escola, quando ensina a reconhecer as formas textuais (desde as unidades mínimas da palavra aos sintagmas, às concatenações da frase, à sequência do discurso, à representação dos modos textuais); é certamente aprendizagem de conhecimentos, mas, mais que apropriação de conteúdos (que se possam reproduzir em forma pessoal), leitura é reconhecimento da identidade do outro (que se exprime em discurso orgânico e que se coloca à disposição dos membros de uma comunidade textual); mais que ostentação de uma possibilidade de domínio por maiores conhecimentos e mais que apropriação, a leitura é acolhimento da alteridade; por isso, é exercício de vida cívica, em partilha de juízos e sentimentos. Sendo escolha (porque *ler* é escolher), a leitura é fundamentalmente juízo relativamente ao que é proposto no texto; é modo de construir a própria vida interior, mediante uma relação de abertura (ainda que crítica) relativamente ao outro (diferente e complementar); ler é também responder à solicitação do texto, descobrir a modalidade com que se comunica, enriquecer-se com o modo como outros se dão a conhecer ou como constroem propostas de ver o mundo.

Por isto mesmo compreenderemos a razão do monge que se rodeia de livros para alimentar a sua vida espiritual e se considera em relação com os homens do mundo inteiro.

*

Os meios instrumentais da leitura. Se leitura é exercício, a sua eficácia depende dos instrumentos que para isso se constituírem. A materialidade do livro vem à cabeça. Embora muitas vezes se tenha perdido consciência disso, a história da cultura pode e deve medir-se pela capacidade de planificar a forma do livro, de programar a superfície de texto, de otimizar a leitura através do

¹² Em entrevista a Jacinto Antón, o poeta polaco Adam Zagajewski (*El País*, 19 de Novembro de 2005), reconhecia este movimento. Posto perante a questão: «Você relaciona, de forma muito bela, a inspiração poética com um despertar do dormir que seria a quotidianidade; o poeta passa de um estado a outro», o poeta responde: «Assim vejo a minha vida interior – uma vida entre a indolência, o esquecimento das coisas maiores, e o despertar; a fenomenologia desse trânsito é muito interessante e muito pessoal».

instrumento que lhe serve de base, de marcar o texto... Não é, de facto, inadequado que se comparem os modos como os instrumentos de leitura se foram construindo e sucedendo ao longo da história da cultura ocidental. Se inicialmente, por meados do séc. V a.C., o registo escrito é ainda fundamentalmente de apoio de memória (que o simples rapsodo já não consegue manter vigilante, pois se alarga o universo dos textos – que passam a não se confinar aos poemas épicos, cujo horizonte de leitura é, em boa parte, ritual, mas se alargam por formas líricas e dramáticas – que interferem com a interioridade humana), com o exercício analítico da leitura (não obstante as reticências de Sócrates ao registo escrito, por ele ser passivo), o livro torna-se indispensável para voltar à verificação do que ecoou uma e outra vez: processo de identidade retomada, modo de confronto com a alteridade que deve ser reconhecida e respeitada... Quando um vaso grego do séc. V a. C. (Atenas, Museu Aqueológico Nacional, nº 1260), nos apresenta Safo em atitude de leitura atenta ao poema que as suas discípulas estão executando em dança, temos a certeza de que em algum momento (seja ele qual for) a relação com o texto mudou relativamente à que tinha o rapsodo ou o aedo que entoavam o texto guardado em memória. Possivelmente, o gesto de Pisístrato, no séc. VI a.C., ao dar instruções para se fixar uma versão dos poemas homéricos, significa que o livro está implantado na sociedade grega. Por sua parte, a biblioteca de Alexandria, nos finais do séc. IV, não ignorava toda a vitalidade do uso do livro em Atenas; cria, por sua parte, um ambiente artificial (de laboratório) em que a recolha de livros é ostentação de poder e tentativa de deslocar para junto do soberano o processo que se desenrolava em escala mais larga no mundo ateniense. Algum efeito positivo, no entanto, tem o novo ambiente: a comunidade humana converte-se em comunidade operativa relativamente ao texto e constitui-se como comunidade textual (ao menos embrionária): passa a ter ao seu serviço oficiais encarregados de guardar os textos admitidos e de os transmitir da melhor maneira, não apenas em materialidade fiável, mas também em propostas de leitura (que, em plano mais elaborado, se concretizam nos comentários, mas, em forma de registo escrito, se materializam no desenvolvimento de sinais diacríticos que permitem uma identificação qualificada do texto). Projecto limitado quanto ao universo de população atingido? Certamente – como todos os projectos que não tendem para uma acção brusca; no entanto, inicia-se assim um processo que se irá alargando progressivamente no interior da cultura a que pertencemos.

Algumas experiências se foram sucedendo em torno do livro; sem que haja explicitação directa (pelo menos só muito tarde se colherá algum elemento de uma prática racionalizada¹³), parece possível interpretar algumas no sentido de otimizar o instrumento que serve a leitura: quanto à possibilidade real de manipulação do suporte, quanto ao formato do livro, quanto à largura da coluna de texto, quanto à escolha da forma da letra, quanto à associação de imagem com o texto,

13 É o caso da nota deixada no ms Paris, BNF, 11884, onde a incoerência de alguns elementos relativamente ao próprio suporte em que se encontra registada levou a considerar que estamos perante um elemento caduco, lançado ali por alguém que não compreendia bem o processo e por isso não o retinha com toda a fidelidade. A reconstituição da racionalidade da empaginação do códice em causa levou a perceber como esta é resultado de um processo altamente elaborado para proporcionar um espaço optimizado de leitura: a sucessão de espaços que obedecem a proporções canónicas é prova disso – a proporção áurea verifica-se no tamanho do material de base; cada uma das caixas do texto obedece ao padrão da proporção pitagórica; dentro desse espaço inscrevem-se duas colunas que devem ser decompostas em dois rectângulos sobrepostos, cada um dos quais realiza de novo a proporção áurea. O mecanismo de projecção da fisiologia da leitura está patente no livro manuscrito e transita para o livro impresso dos primeiros tempos; o esquecimento é mais que evidente no livro de consumo – mal preparado e mal assumido (ainda que a análise das tiragens tipográficas possa querer levar em sentido oposto). Em alguns casos procurámos também nós interpretar a materialidade do livro, em perspectiva de Codicologia funcional e suas valências culturais. Assim em Aires A. NASCIMENTO, «Um testemunho da tradição hispânica dos 'Moralia in Iob': Lisboa, BN, Alc. 349 - Subsídios para o seu enquadramento», *Archivos Leoneses*, 79-80 (1986), 313-331.

quanto à distinção entre corpo de texto e respectivos elementos de referência ou de comentário. Não é neutra qualquer dessas escolhas – a sua regularidade e sequência, de facto, obriga a entender que há motivações mais ou menos conscientes e operativas. Quando, em Roma, no séc. I d.C., se passa do rolo (*volumen*) para o códice (*codex*) abrem-se novos caminhos operativos da leitura activa: o programa de distribuição do texto na página obedece a padrões otimizados que favorecem a relação com o texto; a marcação de sectores do texto (abrindo parágrafos, estabelecendo rubricas, associando tamanho de lettras) tem por objectivo revelar a estrutura de desenvolvimento do texto e permitir a recuperação da sua identidade fundamental; a distinção entre espaços para o texto principal e para as referências (autoridades, primeiramente) é fundamental para um exercício de expressão de autor¹⁴.

Deste modo se há-de compreender que não pode ser banal o trabalho do editor. No entanto, e por infelicidade, na história da edição portuguesa não há dados relevantes nem inovações que constituam referência quer em aspectos técnicos quer em aspectos de racionalização do instrumento¹⁵. Em confronto com as experiências editoriais estrangeiras, somos extremamente deficitários e deficientes. Fundamentalmente porque nunca aprendemos (de forma efectiva e consequente) a analisar e a fazer o livro – que tivesse racionalidade instrumental e se aproximasse dos modelos de um Aldo Manúcio, cujos exemplares continuam a fazer as delícias de qualquer bibliófilo instruído na arte do livro¹⁶.

Infelizmente também, a função de editor / intermediário do texto apenas raramente é assumida com qualidade. Tendo recentemente procurado o livro das *Viagens na minha terra* de Almeida Garrett (com intenções bem diversas das que aqui assinalamos), ficámos surpreendidos com a escassez de elementos clarificadores do texto e orientadores de leitura. Perante a escassez, tivemos de nos perguntar se a simples reprodução do texto original cumpria a função que se pretendia assumir e se correspondia aos objectivos declarados, em algumas edições, que era a de colocar nas mãos do grande público os «textos clássicos». Os responsáveis pela primeira edição em livro (seja ou não de convívência com o autor ou seja ele próprio a fazê-lo) avisaram que, nessa obra, o autor mostra os seus «imensos poderes intelectuais, a sua erudição vastíssima»; no interior da obra não se exime o autor a declarar que se trata de «erudito livro» (Cap. I, 83), de «douto livro»

14 Cf. Aires A. NASCIMENTO, «Novos tempos, novos suportes de informação e de leitura: a tradição como referência», em *Summus philologus necnon uerborum imperator – Colectânea de Estudos em homenagem a José Pedro Machado, no 90º aniversário do seu nascimento*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, 505-533.

15 Pelo menos não se pode apontar investigação consistente e orgânica nesse sentido. Não se confunda, aliás, história do texto com história do livro; no primeiro caso, está em jogo a tradição, no segundo o instrumento. Não é hoje possível fazer a história do texto sem fazer também a história da leitura; esta, por muito negligenciada que tenha sido, há-de recuperar-se através da relação que se possa perceber na racionalidade do suporte: projectar um livro é compreender essa relação (que tanto pode ser solene como quotidiana, mas tem uma face física).

16 Alberto MAGUEL, em crónica recente (*El País*, sábado, 3 de Dezembro de 2005), acentuava com embevecimento e alguma argúcia: «Aldo Manúcio foi talvez o primeiro a entender que a invenção de Gutenberg não era apenas uma nova tecnologia, mas também uma nova arte, tinha uma estética, um vocabulário, um público especializado». Falta a A. Maguel a perspectiva do tempo: o livro chega à tipografia de Gutenberg e de Manúcio com uma experimentação de mil e quinhentos anos – tantos os que vão das experiências romanas (em códice) a meados do séc. XV. O que os tipógrafos do séc. XVI fazem é produto de uma cultura que atende a uma tradição de técnica mantida em instituições do livro – o *scriptorium* medieval e renascentista. Encanta-se o cronista com a edição aldina de «Catulo, Tibulo e Propércio», Veneza, 1502, que um seu amigo lhe faz apreciar; não ficaria menos surpreendido com a técnica de um códice como o de Petrarca, saído do *scriptorium* de Antonio del Chierico, contemporâneo de Gutenberg, mesmo que apenas analisasse a racionalidade com que é constituído: cf. Aires A. NASCIMENTO, «Manuscrito quatrocentista de Petrarca na colecção Calouste Gulbenkian, em Lisboa: *Canzoniere e Triumphi*, *Cultura Neolatina*, 64, fasc. 3-4 (2004), 325-410.

(Cap. XXXVII, 282). No entanto não vemos, em edições lançadas para um vasto público¹⁷, que tenha havido preocupação em dotá-lo de uma introdução que situe capazmente o escritor, que revele o seu modo de narrar (já não pedimos que se revelem aspectos mais eruditos: dependências, intenções...), que esclareça o conteúdo (com notas, fora as que o próprio autor considerou indispensáveis – e são poucas). É que os simples nomes próprios obrigavam a esclarecimento: quem saberá identificar nomes como os de Xavier de Maistre, Píndaro e outros, quem entenderá a expressão «carroça d'*ancien régime*», quem reconhecerá os títulos dos livros *Dedução Cronológica*¹⁸, *Oriente*¹⁹? Quantos leitores entenderão que a mudança do nome de Vila Franca de Xira tem por causa as convulsões políticas do tempo? Quem compreenderá o significado «desse famoso círio que lá foi fazer a velha monarquia»? Será preciso perguntar quantos dos leitores de hoje entenderão a expressão «colher o *pulverem olympicum*», que remete para Horácio (*Odes* I,1)? Quem é esse «profundo e cavo filósofo de além-Reno, que escreveu uma obra sobre a marcha da civilização, do intelecto»²⁰? Quem identificará o *Palito Métrico*, essa pasquinada dos moços coimbrões que se divertem em latim? Enfim..., os esclarecimentos impunham-se ao longo das páginas. O leitor menos culto, que porventura procurou adquirir uma edição da obra de Garrett a preço económico (até porque foi posta à venda na banca dos jornais), desanimará, a breve trecho, do esforço que eventualmente tenha empreendido. Não se trata, infelizmente, de caso único! As edições fac-similadas são o refúgio de alguns editores menos competentes e menos atentos às exigências do empreendimento a que lançam mãos. De facto, dar a ler é situar os elementos (textos e instrumentos). Editar tem de ser necessariamente ajudar a ler...

17 Reporto-me à edição de RBA Editores, difundida pelo jornal *Público*, em 1995, onde não há indicação de outro responsável além daquele que procedeu a revisão gráfica. A situação não é diferente na edição publicada sob a orientação de Vasco Graça Moura (que assina a «Nota Bibliográfica») para a Editora Planeta DeAgostini (s/d); o aparato de apresentação gráfica não corresponde a melhoria ecdótica. Não vai mais longe edição preparada por Annabela Rita, Porto, Caixotim, 2004; o mesmo se observa na de António Cândido Franco, Lisboa, Guimarães, 2001; constitui excepção a edição de São Paulo, 1992, com notas de Joaquim F. Pereira, Ora, não faltavam instrumentos de trabalho onde se pudesse beber sem grande esforço: Ofélia Paiva MONTEIRO, *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e criação*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971, 2 vols; *Viagens na Minha Terra* (org., fixação de texto, prefácio e notas de Augusto da Costa Dias), Lisboa, Estampa, 1992 (1ª ed., 1983); *Viagens na Minha Terra* (introdução, selecção, notas e glossário de Ofélia Paiva Monteiro), Coimbra, Atlântida Editora, 1973; *Viagens na Minha Terra* (prefácio e notas de José Pereira Tavares), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974. Cf. Maria Eduarda Vassalo PEREIRA, «Viagens na minha terra, de Almeida Garrett. Pedagogia do texto e protocolos de leitura», em *Actas. X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1984, 597-601, Victor J. MENDES, *Almeida Garrett: Crise na representação nas Viagens da minha terra*, Lisboa, Cosmos, 1999.

18 Trata-se da obra cuja atribuição não é segura: José de Seabra da Silva, António Pereira de Figueiredo, Luís António Verney, entre outros, são os nomes apontados. Importante para a fundamentação teórica do Estado absoluto, é escrita sob inspiração de Pombal, para justificar as teses do regalismo, ao mesmo tempo que lançava ataques aos jesuítas.

19 É obra de José Agostinho de Macedo (1761-1831), a quem Oliveira MARTINS, *Perfis* (edição póstuma, 1930), trata como «desbragado foliculário, poetastro infatigável, panfletário sabido que fundou entre nós o jornalismo político, com o *Desengano*, com a *Tripa Virada* e com a *Besta Esfolada*, de que chegavam a tirar-se quatro mil exemplares!».

20 A identificação do «profundo e cavo filósofo de além-Reno» tem suscitado propostas diversas, mas nem por isso poderia/deveria ser preterida, já que serve para definir a personalidade do próprio Garrett: na edição de José Pereira Tavares, a sugestão é a de que se trata de Hegel; Jacinto do Prado Coelho fica indeciso entre os nomes de Schelling, Hegel, Christian Wolff («Garrett prosador». «A dialéctica da História em Garrett». «Garrett, Rousseau e o Carlos das Viagens», em *A letra e o leitor*. 3ª ed., Porto, Lello & Irmão, 1996); Ofélia Paiva MONTEIRO, «Viajando com Garrett pelo vale de Santarém. Alguns elementos para a história inédita da novela de Carlos e Joanhina», em *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra. 1966, vol. 4, p. 97, fica dubitativa quanto à opção de José Pereira Tavares; Carlos Reis inclina-se para que seja «provavelmente Hegel» (*Introdução à leitura das Viagens na minha terra*, Coimbra, Almedina, 1987 [3ª ed.], 93), admitindo como boas as razões dadas por Prado Coelho para quem *A Fenomenologia do Espírito*, publicada em 1807 por aquele filósofo, é «uma obra da marcha da civilização, do espírito».

Poucas iniciativas consumadas se registam também quanto à função de livreiros: no nosso mundo, restringe-se uma função que deveria ser assumida como altamente significativa de inter-relação social e como serviço de orientação no mundo do livro. Apesar da informação que possa ser colhida na internet, faz-nos falta a figura do livreiro que nos acompanhava nas pesquisas e nas leituras para nos surpreender com um livro mandado vir para aproveitar o preço de lançamento – porque sabia como a sua escolha coincidia com os interesses de um cliente²¹.

Não deveria ser banal também a intervenção do bibliotecário na sua missão de favorecer a leitura, de disponibilizar o livro, como instrumento de texto. Cabem-lhe funções de formação para favorecer as escolhas dos leitores – em acompanhamento, discreto e eficaz, sem substituição a outras entidades (a família, especificamente) ou outras instâncias (a escola, nomeadamente) nem condicionamentos (desintegradores). Mais que função técnica, a tarefa principal do bibliotecário é de revelação da cultura documentada no livro. Tarefa delicada e tão exigente como envolvente; tanto mais delicada quanto não é propriamente de magistério (a isso deve obviar o professor, na escola), mas a de serviço que põe à disposição o que é de outros – a intermediação tem de ser situada, feita com lucidez e não desempenhada com passividade nem com simples regras e malabarismos técnicos; tanto mais exigente essa tarefa quanto implica disponibilizar o que outros constituíram e muitos procuram – por vezes sem acertarem com o que lhes serve; tanto mais envolvente quanto não fica cumprida quando se entrega o livro para o levar de empréstimo... É que importa ter o cuidado de não servir livros que deixem os leitores «nauseados e enojados» ou que tenham de passar tormentos para se livrar deles – embora seja útil saboreá-los até ao fim, como acentua, com humor e sabedoria, uma vez mais, Zoran Čivkovič, no capítulo dedicado à sua «Biblioteca Requintada», pois só assim ganham direito a ficar entre os outros na estante da memória.

Com razão se reclama que as bibliotecas devem ter um ambiente favorável e acolhedor. Por certo; contanto que não criem contrastes com o ambiente doméstico – a desintegração começará por aí?... Em algum caso se reclamou também que as bibliotecas deveriam ter visibilidade para impressionarem e chamarem à atenção²²; procura-se um novo monumento que simbolize a reunião cívica e substitua eventualmente a Casa dos Vinte e Quatro ou a Igreja – edifícios de reunião assinalados pelo pelourinho e pelo campanário de outros tempos... Parece pretender-se transferir para tal edifício as atenções e conferir-lhe atributos ou dinâmicas que os outros centros nunca conseguiram. Melhor será que integrem as diversas actuações, pois, se houver articulação da actividade com outros agentes da formação humana (a família, a escola, os grupos de cultura), isso contribuirá para dinamizar a leitura e trazer à biblioteca os membros da comunidade, sem que haja substituição de funções²³.

21 Seja-nos permitido prestar homenagem a uma figura bem conhecida na Livraria Buchholz, de Lisboa, durante várias décadas, a quem devemos gentilezas que não esquecemos.

22 Cf. Isabelle BAE & Jacques PERRIAULT, «Bibliothèques de lecture publique – Pour une nouvelle visibilité», *BBF*, 50, n.º 1 (2005), 13-13.

23 Neste domínio, merece a pena reter os conselhos propostos pela Fundação Sánchez-Ruipérez, Salamanca, que presta apoio na motivação de leitura a adolescentes (que retiramos de *El País*, sábado, 10 de Dezembro de 2005 – Supl. «Babélica», p. 2 – uma parte do suplemento é dedicado à literatura infantil e juvenil, tomando como tema fomentar e motivar a leitura entre os filhos de imigrantes):

- i. não obrigar as crianças a ler um livro, mas provocar neles a leitura de um passo que possa despertar a curiosidade e os leve a procurar outra vez o livro;
- ii. abordar um assunto na aula e deixar que eles próprios escolham o livro que mais lhes desperte atenção sobre o assunto tratado;

A utilização dos novos meios informáticos, ao passarem pela virtualidade dos instrumentos, acentuará ainda mais a função de serviço, ainda que haja menos visibilidade. No entanto, a desintegração pode acentuar-se com o individualismo da procura. Também por isso será necessário prever acções de sensibilização. De contrário, o iletrismo desemboca no pedantismo.

Razões de acção. Porque combater o iletrismo? Da bibliografia de Paulo Freire constam títulos significativos da motivação para a leitura e para a formação cívica que ela deve promover²⁴. A caracterização da leitura que acabamos de fazer vai em sentido convergente, pois assenta em motivações do combate ao iletrismo. Ora, se entre nós fosse feita a análise à retórica do combate ao iletrismo, ficaria provavelmente a nu a deficiência de argumentos utilizados, pela boa razão de que se esvanecem os valores fundamentais em que basear um programa de cidadania consolidado na participação livre e responsável.

É certamente válido o argumento baseado nos efeitos perniciosos da exclusão social, pois nunca nos poderemos alhear das consequências que daí derivam ou das responsabilidades sociais que pesam sobre todos. Em todo o caso, não se vá tão longe que se confunda iletrismo com ignorância – o maior sábio do mundo ocidental (que ousou um dia dizer «só sei que nada sei») não sentia apreço pelo registo escrito e denunciava a passividade da memória, que com isso se fomentava; provocador como era, o velho Sócrates, que assim se comportava, apelava para o interior da consciência como instância dinamizadora de juízo (*crisis* – termo altamente revelador de momento de ponderação e de escolha). Também o analfabeto tem uma vida interior a partilhar. Também a expressão oral tem os seus direitos e os seus encantos: maior limitação é não se saber exprimir ou não saber acompanhar a exposição de outrem que a limitação de não juntar letras de escrita para as interpretar... Em todo o caso, a inserção na vida comunitária pedirá também ao analfabeto a superação dessa limitação para bem de todos.

De pouco serviria assentar a mobilização para a leitura na compaixão, pois, para o caso, não seria mais que um vago sentimento que nada resolve (e provavelmente empata ou invalida – pelo facto mesmo de que só o verdadeiro afecto estimula e altera).

Por sua parte, o reconhecimento de «ameaça à coesão social» pode chamar à atenção, mas, só por si, denuncia falta de padrões que dêem base e dinamizem essa coesão.

-
- iii. desenvolver actividades diversas e constantes que motivem a actividade de leitura e a compreensão do texto;
 - iv. estimular o exemplo de leitura em família, pois nessa idade as crianças costumam agir por imitação e admiração;
 - v. ter biblioteca ou estantes com livros em casa e na escola ou sala de aula, livros que sejam de fácil consulta para eles;
 - vi. tomar por norma, da parte dos professores, que eles leiam antecipadamente os livros ou os textos/contos trabalhados na aula;
 - vii. procurar que as bibliotecas da escola tenham livros de interesse para os pais;
 - viii. incentivar os pais e outros adultos a fazerem leituras às crianças e a mostrarem interesse por elas, a manifestarem igualmente interesse pelos livros que elas lêem e a incentivá-las a que contem as histórias que lêem;
 - ix. na aula, depois de uma leitura, seja ela comum ou individual, procure-se realizar uma actividade de escrita ou de compreensão do texto, em forma amena;
 - x. fazer com que as crianças aprendam a contar, de forma oral e escrita, o que leram e dar-lhes oportunidade de elas próprias criarem a sua história – que depois seja dada a conhecer.

24 Retenham-se alguns títulos das obras de Paulo FREIRE, *A importância do ato de ler – em três artigos que se completam* (Prefácio de Antonio Joaquim Severino), São Paulo, Cortez, 1982 (26ª ed., 1991; 36ª ed., 2000.); *Alfabetização e conscientização*, Porto Alegre, Emma, 1963; *Educação como prática da liberdade* (Introdução de Francisco C. Weffort), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1963 (19ª ed., 1989, 150 pp.); *Ideologia e educação: reflexões sobre a não neutralidade da educação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; *Educação e mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; *Alfabetização – Leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; *A educação na cidade*, São Paulo, Cortez, 1990; *Conscientização: teoria e prática da libertação*, São Paulo, Moraes, 1980.

Enfim, o reconhecimento de «falta de inclusão na cidadania» e de «partilha dos bens comuns» diz alguma coisa, mas precisa de ser animado por acções lúcidas e concertadas que promovam efectivamente a inclusão e não se fiquem por reivindicá-la.

Há indignação que chegue para denunciar este «escândalo social», mas importa sobretudo acção com comprometimento real, afectivo e efectivo²⁵. Não há remédios infalíveis nem as estratégias podem ser consideradas eficazes sem serem testadas. O exemplo de outros pode servir de estímulo e de apoio. Em França, criou-se uma Agência Nacional de Luta Contra o Ileticismo (ANLCI) para enfrentar o fenómeno numa população que atinge cerca de três milhões de pessoas com dificuldades significativas em ler e em escrever; a sua actuação consiste em montar uma estratégia de intervenção cooperativa e coerente, com a participação das mais diversas instâncias, na convicção de que «a luta contra o iletrismo não pode ser levada a bom termo se todas as forças do país não se empenharem nisso conjugadamente e de forma inteligente, (...) mobilizando meios de acção que façam apelo a recursos variados, sociais, culturais, educativos, profissionais, sanitários»²⁶. Apesar disso, ainda em data recente, 7 de Outubro de 2005, a imprensa francesa fazia-se eco de dados segundo os quais, entre a população de 18 a 65 anos, 12% não dominam a escrita e 9% dos adultos sofrem de iletrismo, embora tenham frequentado a escola. Os factores de vida familiar e de vida laboral podem fornecer explicação sobre causas. O diagnóstico não chega, porém, para traçar a terapia.

Combater o iletrismo. Pelo desenvolvimento da leitura – parece ser o meio óbvio, se é que as palavras continuam a significar o que as motiva. Como consegui-lo? Se a leitura é escolha, a resposta idónea parece ser: motivando a escolha, gerando apreço.

Em sondagem dirigida à população portuguesa, os inquiridos tendem a considerar a leitura como ligada à escola. É assim encarada como actividade penosa, fixada em período de formação inicial (própria de crianças), e não como actividade assumida, menos ainda como prática desejada, com lugar previsto ou tempo determinado nos hábitos quotidianos e em programas de vida.

Nos hábitos da população portuguesa, a leitura não constitui alternativa procurada nem goza de complementaridade ao trabalho, parecendo antes relacionada com passatempo de alguém que nada tem para fazer e presumivelmente com quem nenhum proveito específico traz para a vida em comunidade. À inutilidade de um acto junta-se o ferrete negativo de ser prática de ociosos que melhor fariam se dedicassem o seu tempo a tarefas de outro tipo.

Não sendo apreciada, dificilmente a leitura conquista adesões. Por certo, a disponibilidade de livros, em oferta de leitura, através de bibliotecas de empréstimo, tem um papel fundamental para desencadear interesse. No entanto, só poderá considerar-se consolidado tal interesse e garantido o apreço quando o próprio leitor conseguir hierarquizar as suas opções em favor da leitura (por tempos e por meios) e só por uma pedagogia cativante conseguirá chegar ao apreço pelo livro e pelo que ele representa na identidade de cultura, ultrapassando os efeitos de uma inércia de séculos.

De facto, o interesse pela leitura atravessa de forma irregular a história cultural portuguesa. Ou por outra, conhecemos mal essa história, até porque só fragmentariamente ela nos chega e pouco estudo se lhe tem dedicado²⁷. Na realidade, se tivermos em conta o que se divisa no número ele-

25 Cf. Bernard LAHIRE, «Rhétorique de l'illettrisme», *BBF*, Paris, 43, n.º 5 (1998).

26 O manifesto pode ler-se em www.anlci.gouv.fr/html/actu_presse_003.htm.

27 Fragmentos vindos de várias partes podem ajudar a reconstituir uma história que estamos longe de conhecer: cf. Aires A. NASCIMENTO, «Em nome do livro manuscrito: por entre alheamento e valorização de um património privilegiado», *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s. 3, n.º 14-15 (Abril 2004-Abril 2005), 103-132; *id.*, «Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2 (2005), 7-24.

vado de traduções medievais para língua portuguesa, não podemos deixar de ficar surpreendidos com o número e percentagem dessas traduções que estão acima da média verificada noutras línguas peninsulares²⁸. Significa isso que ao menos algumas elites buscavam textos de leitura, linguisticamente acessíveis e se empenhavam nisso. Não temos, porém, indícios quanto à irradiação desses textos e à penetração deles em estratos da população portuguesa.

É positivo o empenho de algumas das instituições que ao longo dos tempos se dotaram de bibliotecas, mas temos de bater com a mão no peito pela atitude negativa que se lhe seguiu. Sabe-se que, ao serem expulsas as Ordens Religiosas, as suas bibliotecas foram alvo de depredações, não para fazer apropriação de livros, mas para executar sobre eles a fúria que não se conseguia exercer sobre as pessoas por elas se terem posto a salvo; aliás, é tardia a reacção das autoridades para salvaguardarem o património que essas bibliotecas representavam; mais tardia ainda foi a tomada de consciência quanto ao significado dessas bibliotecas: assim, a deslocação dos códices de Santa Cruz de Coimbra para o Porto, pela mão de Alexandre Herculano, diz muito do alheamento da população local e não diz menos da (des)qualificação das razões do erudito (então ainda em construção do seu mundo) – nem o erudito pensava noutra coisa que não fosse reunir em local distante o que pensava trabalhar a seu modo nem as autoridades estavam preparadas para curarem daquilo que, por confisco aos seus anteriores proprietários, passava a ficar sob sua alçada patrimonial nem as populações foram capazes de entender o gesto que outros executavam.

Difícilmente se influirá numa mentalidade repulsiva, que vê o outro pela distância e não pela vizinhança da complementaridade, que não é capaz de pedir ao outro o suplemento que ele tem, que admite destruir o que a todos faz falta²⁹. No domínio do livro, a possibilidade de uso pertence a nível elementar; apenas se torna cultura se o instrumento for sentido como operativo de transformação; está menos em causa o reconhecimento de uma herança patrimonial, que ele representa, do que a sua função como configurador de uma identidade colectiva, informada pela leitura. Na verdade, se o que um autor escreve o implica a ele numa relação com a língua de uma comunidade e com as representações formadas por ela, o que é lido por essa mesma comunidade pode e deve ser interpretado como pedra de toque e ponto de apoio de escolhas (não necessariamente de aceitação, mas eventualmente de crítica ou até de rejeição).

Será a leitura capaz de inverter os comportamentos e suscitar atitudes novas de apreço? Serão as bibliotecas susceptíveis de promover atitudes cívicas integradoras das diferenças, apaziguadoras de tensões e fomentadoras de bom convívio? A leitura é acto tipicamente humano (o animal não lê – mas ele também não veste, ainda que se associe gregariamente para buscar alimento ou para defesa). Tal acto deve ser assumido sobretudo como profundamente regenerador do homem (conferindo à sua interioridade a dimensão dos demais naquilo que eles de melhor podem oferecer); é fundamentalmente um acto intenso e assumi-lo como hábito consolidado levará a produzir integração social.

28 Aires A. NASCIMENTO, «Os textos clássicos em período medieval: tradução como alargamento de comunidade textual», em *Raízes greco-latinas da cultura portuguesa – Actas do I Congresso da APEC*, Coimbra, 1999, 41-70. Segundo João de SALISBÚRIA, «rex illiteratus quasi asinus coronatus» (*Policraticus*, IV, 6); a ignorância veda-lhe o acesso aos textos, pagãos ou cristãos, em que reside a sabedoria necessária para o bom governo; os depositários da sabedoria são os *litterati* que se opõem aos *mugatores*. Os livros VII e VIII da obra magna do salisburiense intentam a busca da verdadeira sabedoria através de um percurso que chega aos textos dos filósofos antigos.

29 Tendo em conta a história da expansão portuguesa e o modo de convívio que se desencadeou entre povos diferentes parece quase paradoxal reconhecer que, embora a relação com o outro seja espontânea, não se consolida em acções concretas.

Há distúrbios na prática da leitura. Pode eventualmente a literacia servir para sobranceiras ou até para suscitar atitudes menos dignas por parte de alguém que se arrogue títulos sem os firmar em méritos. Serve eventualmente o domínio das letras para provocar menosprezo por parte de quem, considerando-se detentor de uma ciência que outros não atingem, pretende olhar do alto da sua nulidade; porventura esse mesmo domínio da escrita de outros desperta ciúmes por parte de quem se considera postergado numa escala de atenções... Dom Quixote que se atafulha de leituras corre o risco de construir para si um mundo à parte com o cérebro povoado de fantasmas provocados por leituras descontroladas (se Cervantes imagina que o seu personagem é acusado de perder a razão por se refugiar nos livros, há que entender que o momento é o de integrar a leitura no quotidiano); por sua vez, uma criança, incapaz de compreender o interesse do adulto dedicado à leitura, detestará a exclusividade de atenção que tal leitura implica e tenderá a fechar o livro de alguém para que lhe dediquem atenção a ela³⁰. Não é função do livro distrair do que é essencial, mas contribuir para que se descubra o que a isso conduz. Porventura o místico ou o poeta não precisarão de apoios para cultivarem a sua vida interior; alguns farão gala em multiplicar citações por vaidade, sem que a leitura corresponda a assimilação de conteúdo; muitos precisarão de encontrar o equilíbrio interior na leitura de textos alheios... A todos deve ficar patente o contributo do texto por parte daqueles que tiverem capacidade para se servir da escrita como meio de provocarem maior integração na vida comum.

Também a biblioteca pode ser encarada como separador de classes ou, inversamente, como fomentador de igualdades. Deveria ela ser considerada como ponto de convergência em que a diversidade fosse complementar – como alimentador de identidades que se enriquecem e como partilha de bens patrimoniais em que todos se revêem. A biblioteca (pública ou privada) não tem sentido como património se não for considerada como espaço de prolongamento da vida, com expressão na vida cívica, laboral ou familiar.

Com dificuldade assumimos que o espaço de biblioteca (seja na escola, seja em casa, seja em edifício independente, seja em cómodo particular, seja em escrínio complementar de um espaço partilhado) possa chegar a transformar-se em símbolo, não tanto de um estilo de vida, mas de cultura que sabe gerar integração de actividades, promover escolhas e disponibilidade interior no coração do homem. Valerá a pena olhar para as experiências que nos precederam.

Na história da cultura ocidental, conhecemos as Regras Monásticas como fomentadoras de leitura: seja na Regra Beneditina seja noutras, o monge cumpria na leitura nada menos que três horas diárias; mais que isso, a colação da tarde proporcionava tempo de esclarecimento sobre as leituras feitas, já que o monge podia interpelar o Abade sobre o que este lia e explicava ou também apresentar dúvidas quanto ao que recolhera na sua leitura pessoal. Poderemos perguntar o que aconteceria na sociedade de hoje se fossem promovidos hábitos semelhantes (em vez da televisão, em atitude passiva). Não é que fosse prática fácil promover a leitura dentro dos mosteiros, pois ela precisava da escola para a preparar e necessitava de vigilância para a incrementar (de facto, havia monges encarregados de passar a sacudir e despertar os remissos e os sonolentos). Outra coisa era também evidente: havia consciência de que o acto de ler é efémero e apenas atravessa o tempo se a leitura for assumida, sendo fruidora e partilhada; para isso a colação, ao fim da tarde. Prática simples?

³⁰ A gata de Michele Feo, que se passeia por cima dos papéis, que arranha a lombada dos livros, que reclama a atenção do dono a quem não consente um momento de concentração sobre o texto, não entende o que está em causa no mundo em que foi admitida. Cf. Michele FEO, «Leggere», *Il Ponte*, 52, nº 9 (Setembro, 1996), 83-97. Cf. <http://www.toscana.istruzione.it/eventi/petrarca04/articoloFeo.pdf>.

Novas configurações da leitura: a oscilação do fenómeno. A relação entre livro editado e leitura efectiva não é fácil de estabelecer. Em perspectiva sociológica, dever-se-á reconhecer que há uma superabundância de títulos que não é absorvida pelo público leitor: nos países «cultos» do Ocidente, só 10% da população consome 90% da produção editorial (a «Biblioteca Infernal» de Zoran Čivković a que nos reportámos acima mantém-se nessa escala). O desequilíbrio será certamente mais acentuado se distinguirmos entre *leitores efectivos* e *compradores ocasionais*: estes, em muitos casos, limitam-se a procurar os «best-sellers» – os quais muitas vezes se confundem com os livros propagandeados por apresentadores de circunstância em programas televisivos – promovidos a directores de cultura.

Em contrapartida, seria pertinente definir o perfil do leitor (e do não-leitor) em Portugal. Efectivamente, não basta comparar o que se publica e o que se compra³¹: há aquisições que não passam de consumismo ou snobismo. Há, por outra parte, um grupo de leitores que se abastece directamente no estrangeiro e que não passa já pelas vias normais do livreiro português (hoje cada vez mais inoperante e sem préstimo, pois o seu grau de cultura é ínfimo)³².

De analisar seria também o desempenho das instituições do livro. Factor não negligenciável é a circunstância de que as tradicionais instituições dispensadoras de livros (as bibliotecas) entram nos circuitos do livro com atraso. Com isso não são intermediários eficazes; mesmo as que recebem o depósito legal não cumprem a função de disponibilização em tempo conveniente³³.

Quanto aos editores, queixam-se eles de que o depósito legal sobrecarrega orçamentos. Porventura seria mais bem aceite essa corveia se as bibliotecas servissem para estimular a procura logo a partir do momento em que a tipografia (porque a obrigação impende sobre esta) fizesse chegar os exemplares à biblioteca. Na realidade, a disponibilização, que implica um tratamento bibliográfico pouco expedito, não consegue acompanhar o impacte inicial de lançamento³⁴.

É sabido também que os editores portugueses, na sua generalidade, regem as suas iniciativas de publicação por índices de popularidade e difusão colhidos no estrangeiro e não por conhecimento directo das apetências da população portuguesa. Poderá isso significar que não há con-

31 Cf. Julia SÁEZ-ANGULO, «Perfil del lector y del no lector», *Distribución y consumo*, 17 (1994) 149. Em nota de recensão a um volume de Actas publicado sob orientação de López de Abiada, *Entre el ocio y el negocio: industria editorial y literatura en la España de los 90*, Madrid, Verbum, 2001, José Antonio CARDÓN, «La edición contemporánea en España: revisión bibliográfica», *Syntagma – Revista del Instituto de Historia del Libro y de la Lectura*, 1 (2005), 137-142, sublinha «la ausencia de un programa metodológico y de investigación basado en una tradición bien fundamentada de carácter heurístico», lamentando que «en su mayoría, los autores de los ensayos invocan fuentes de carácter periodístico, opiniones personales o derivadas de entrevistas, ensayos prospectivos de tinte especulativo y parco empirismo, etc.».

32 Para o Canadá, por exemplo, sabe-se que importa 70% dos livros postos à venda no seu território; em 1970, o índice de compra de livros estrangeiros nesse país elevava-se a 16% de todo o comércio mundial do livro, ao passo que a sua população não ultrapassava 0,5% da população do planeta. Cf. Jacques MICHON, «Les deux grands systèmes éditoriaux canadiens: une approche comparée», *Syntagma – Revista del Instituto de Historia del Libro y de la Lectura*, 1 (2005), 39-51.

33 A Biblioteca Nacional declara que o faz com um ano de atraso. Convenhamos que é demasiado tempo para uma instituição à qual se confia uma função que se quer cada vez mais influente na leitura. Segundo dados referentes a 2004, deram entrada na BN 77.111 volumes por depósito legal; a instituição adquiriu mais 9.602 obras e recebeu 2.569 outras por ofertas de particulares. Curiosamente, ou não, o número de leitores na sala geral é apenas de 32.254 durante esse mesmo ano de 2004, os quais requisitaram 165.303 obras para consulta e solicitaram 244.964 fotocópias; o número total de utilizadores atingiu a cifra de 52.782. Percentagem reduzida face à população que deveria servir: o que significa ou falta de interesse dessa população ou falta de disponibilidade para tal efeito.

34 Há que perguntar se um código de barras não poderia ser hoje dado à partida com a informação necessária quanto à classificação e se não poderiam as instituições prever uma integração imediata nas suas colecções e estantes, por acrescento de etiquetas ou por códigos que estivessem disponíveis em programa que conjugasse todos os dados de informação quanto à localização do livro...

tinuidade nem projecto de promoção de leitura que seja consequente. Afinal (e não obstante o que há de positivo no alargamento de horizontes culturais), limita-nos o medo do risco, faltam perspectivas próprias, há escassez de ousadia.

É patente também que o investimento na compra de bibliografia pertinente para os interesses de uma comunidade de procura (mesmo que ela seja universitária) não é racionalizado. Falta um conhecimento definido do universo dos nossos leitores. Mesmo quando se aparenta corresponder à procura dos leitores, mais não se faz do que escamotear a incapacidade de planear colecções e completar lacunas, por falta de programa sobre o futuro. Mesmo a Biblioteca Nacional, que em tempos fazia gala, por obrigação, de acorrer a leilões para completar o que em tempos passados deixara com vazios, ou tinha no seu estatuto acompanhar e adquirir o que no estrangeiro se publicava que tivesse a ver com o património bibliográfico português, parece estar privada de meios e recursos para disputar o que aparece no mercado. Porque se alargou o universo de indivíduos que disputam o mercado nesse domínio? Não merece crédito tal suposição, pois, em causa, está assumir uma função cultural que não pode nem deve ser endossável a particulares – em nome da identidade que não se negoceia³⁵.

Não seria de negligenciar a questão do grau de consciência cívica dos intermediários do livro relativamente à sua função social. De facto, ao longo de anos, nomeadamente na primeira metade do séc. XX, o editor e o livreiro considerava-se intérprete da consciência cultural dos seus leitores; o editor italiano Mondadori admitia ter de assumir como obrigação ser «educador dos gostos e exigências da sua comunidade»³⁶. Decaiu a cultura dos livreiros nacionais: nas livrarias (que hoje se tornaram escaparates ou bancas de livros) dificilmente encontramos quem esteja habilitado a dar sugestões pertinentes e a discutir o valor de um livro; os intermediários são distribuidores.

Algum esforço foi feito no plano editorial. Apareceram *Cursos de Técnicos Editoriais* e dá gosto apreciar como melhorou em aspectos significativos a apresentação do livro nalgumas editoras (sem luxos – que estes muitas vezes só servem para escamotear pobreza de conteúdo – mas com elegância); esperemos que isso seja contagiante e conceda ao livro a dignidade de produto cultural (por optimização do suporte quanto à função a desempenhar na relação com o texto). Precisaríamos de estudos pertinentes sobre o comportamento editorial português para nos conhecermos mais largamente³⁷.

A política de educação para a leitura estabeleceu objectivos e procura intervir na iniciação de jovens no uso de bibliotecas escolares, mediante a actividade de busca de conteúdos para o manejo de livros. Apreciaríamos conhecer como se renovam as aptidões para educar nesse ponto as novas gerações e saber quais os resultados alcançados e quais os hábitos adquiridos.

Novos instrumentos e novos recursos de leitura. O impacte das Redes Digitais está longe de ser conhecido³⁸. No entanto, há uma tendência clara quanto ao seu uso: parece que no mundo oci-

³⁵ Os exemplos de ausência ou omissão poderiam multiplicar-se; lembre-se apenas o caso do documento que pode comprovar a existência de empréstimo na biblioteca régia já em 1462, era rei D. Afonso V, tinha a responsabilidade da biblioteca Gomes Eanes de Zurara, dispensa-se um fidalgo de pagamento de cota de empréstimo de um livro, um *Speculum*. À falta de instituição pública que arrematasse o documento, teve ser a consciência cultural de um particular a evitar que o documento fosse parar a qualquer entidade estrangeira.

³⁶ Cf. N. Tranfaglia, *Editori italiani ieri e oggi*, Bari, 2001, 56.

³⁷ Ives MOLLIER, *Où va le livre?*, Paris, La Dispute, 2000, referindo-se ao campo editorial francês desculpava-se da pouca fiabilidade dos dados invocando o facto de as empresas se recusarem a fornecer elementos concretos.

³⁸ Note-se que uma das primeiras, se não a primeira biblioteca digital de texto completo na Internet nasceu com o Projecto Gutenberg, fundado em 1971 por Michel Hart.

dental ainda 30 milhões de leitores vão a essas casas de livros que chamamos bibliotecas; ora, ao lado, são já 150 milhões os que se servem da Biblioteca Virtual. Falta saber qual a distribuição sociológica, apurar qual o comportamento de um e de outro segmento de leitores, mas, pelo que se consegue apurar, algumas estatísticas revelam que os jovens são mais sensíveis que os adultos; no entanto, não terá passado despercebida uma fotografia de um ancião com 102 anos que na China aprendia a utilizar a rede digital³⁹. No que se refere ao uso de redes digitais, parece que a maior parte dos utilizadores da Net são quadros; há indicadores que asseguram que 23% de operariado a ela recorre. Sabe-se, por outro lado, que o autodidactismo impera neste domínio – estamos longe de ter adquirido uma didáctica consequente neste domínio, mas havemos de perguntar se não se poderiam potenciar os efeitos com uma pedagogia lúcida; se parece também evidente que os utilizadores reagem negativamente perante um texto extenso disponível em rede, haveremos de convir que seríamos mais eficazes se houvesse programação que incentivasse a optimização.

O uso da Internet entrou nos nossos hábitos. Sem diferença de gerações e sem fronteiras. Se, no caso aludido do ancião chinês, estava em apreço a difusão do mercado *on line* (o *eBay* – «Why eBay must win in China» era o título do artigo), não é menos certo que o choque informático na sociedade de hoje tem consequências que a «fractura digital» (na expressão do presidente francês Jacques Chirac, já em Setembro de 1999) atravessa persistentemente o nosso quotidiano – um quotidiano doméstico, pois se pretende que haja pelo menos um computador por lar. Efectivamente, a França inquieta-se porque «mais de um francês em dois não dispõe de computador em casa e, mesmo quando o computador existe, não é suficientemente operativo para recuperar filmes ou música»⁴⁰. A França é apenas um entre tantos exemplos que se poderiam invocar, pois a Espanha quase se angustia por 63% dos espanhóis não utilizar a Internet e por os motivos declarados serem a falta de interesse ou por razões económicas⁴¹. Há certamente disparidade nas idades dos usuários e interesses mais imediatos que comandam a utilização (sendo irrelevante a diferença de sexos – 55%H / 45%F): segundo a mesma sondagem espanhola, em média, o internauta é de idade abaixo dos 36 anos, tem estudos secundários ou universitários, goza de um nível económico médio ou alto; procura a Net como fonte de informação (97%) e meio de comunicação (84%); é significativo o número dos que se servem da Net em momentos de lazer (cerca de 50%, em vários domínios), mas não é significativo o volume de compras que o choque do *eBay* parecia anunciar; em compensação, o parlamento francês recusa aprovar uma lei contra a pirataria informática (o telecarregamento de música e de filmes), preferindo contrapor uma compensação para o autor, argumentando-se até que quem recorre a essa prática é quem mais compra discos de filmes e música⁴². Enfim, o mundo inteiro é interpelado por campanhas bem intencionadas que parecem até estar do lado dos mais desfavorecidos, quando lhes prometem para breve um computador por 100 dólares, com meios gratuitos ou a preços que até nos parecem simbólicos...

Será necessário interrogarmo-nos sobre os efeitos que se seguirão na nossa cultura. O choque será menos duro, mas não menos interferente, que o das inovações tecnológicas e técnicas introduzidas noutros momentos da história. Quem não gostaria de ter acompanhado a invenção da

39 *Times* (26 de Setembro, 2005), 52.

40 *Le Monde / Dossiers & Documents*, nº 7 (Septembre 2005), «Les casse-têtes du trou informatique».

41 *El País*, 6ª-feira, 21 de Outubro de 2005.

42 A notícia é de 23 de Dezembro e reporta-se à discussão no Parlamento Francês feita nos dois dias anteriores, com correcção à proposta governamental que previa penalizações para os infractores da lei.

roda, quem não apreciaria ter estado junto do ferreiro que aplicou a primeira ferradura ao cavalo, quem não teria hoje encontrado satisfação em seguir o olhar do primeiro que se serviu da picota ou da azenha para puxar a água ou que se deixou surpreender pela passagem do primeiro comboio. Por certo, nada venceria o êxtase de Eva, quando, no Paraíso, colheu a primeira rosa... Mas isso teria acontecido uma só vez, num momento inolvidável. O registo da escrita foi aproveitamento de um processo administrativo e sua transferência para fixar o momento da «poesia» que a memória não conseguia reter e transmitir (por incapacidade de quem retinha, por dificuldade de quem pretendia dar acolhimento)⁴³. Ainda que não tenha o encanto da surpresa, a informática pode estimular. Demora tempo a aprender, as consequências do seu uso serão rápidas e extensivas ou globais, pois o mundo está todo agora ao alcance da mão e os incautos pagarão caro o atraso ou as distrações em que se deixarem envolver. Serão englobantes tais consequências, pois entram pelo domínio da informação (do texto, da imagem, do som). A monotonia será ultrapassada pela surpresa do silêncio e do recolhimento.

*

Sucedem-se hoje rupturas e conflitos relativamente a práticas anteriores, a interesses estabelecidos ou a modos de trabalhar de há muito estabelecidos⁴⁴. Há também perigos: a virtualidade informática tem leveza, mas pode conduzir a desvirtuamentos; explora as matrizes da racionalidade humana, mas pode subvertê-las; serve para a comunicação, mas escapa a controlo do próprio que conduz o diálogo. Nas suas origens, a informática manipula zonas de valor humano e humanístico, pois dirige-se à estruturação de conhecimento e à comunicação racionalizada (vencendo a distância que vai entre o pensar, o escrever e o transmitir). Não será de considerar de somenos quanto «informática» e «informação» têm por base o termo «forma» (e «forma» tem uma tradição que a contrapõe a «matéria» – elemento fluido e não directamente apreensível). No entanto, a superficialidade com que se usa é inquietante – como mercadoria que se manipula. Na realidade, só o que é construído pelo próprio homem é verdadeiramente humano; o trânsito da cultura está precisamente nisso: o animal é predador, o homem é cultivador/cultuador – transforma e admira (tal como o Criador, no acto primordial – a Bíblia assim o anota ao dizer que «Deus viu que tudo o que criara era belo» e o descanso do sábado do Princípio tem o mesmo significado que é o da admiração; se é verdade que Miguel Ângelo bateu com o martelo na cabeça do seu Moisés, foi para despertar mais uma virtualidade escondida, ao ordenar-lhe que falasse).

Nestas circunstâncias, os horizontes de reflexão complexificam-se, quando se trata de medir a responsabilidade de utilizar e preparar para o uso dos meios informáticos ou assistir quem deles se serve. Os comportamentos irão alterar-se nos próximos tempos, uma vez que os próprios gestores de Redes se propõem disponibilizar Bibliotecas de Textos, em formato digital. A proposta foi feita pela *Google* no dia 1 de Setembro de 2005 a cinco países ocidentais (Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália); depois de temporariamente ter suspenso a *Google Print* nos Estados Unidos (por reacções radicais dos editores), a empresa solicitou às bibliotecas e aos edi-

⁴³ Marcel COHEN & Jérôme PEIGNOT, *Histoire et Art de l'écriture*, Paris, Robert Laffont, «Bouquins», 2005.

⁴⁴ A literacia da informação é definida como «competência para procurar, reconhecer, avaliar, estruturar e usar a informação recolhida em múltiplas fontes». Segundo ALA, (American Library Association) – Presidential Committee on Information Literacy, Final Report. Chicago, 1969: «Information literacy is the ability to access, evaluate and use information from a variety of sources».

tores europeus que lhe submetessem obras que desejassem ver indexadas no motor de busca, seleccionando os sectores acessíveis, que poderão ir de 20% a 100% do conteúdo⁴⁵. O embate entre direitos de autor e os direitos reclamados em nome da cidadania (mesmo por escrito) terá a sorte de chegar a uma harmonização? Há reacções que só demonstram como o conservadorismo impera e como os sofismas podem impedir as boas causas⁴⁶.

Novos desafios à cultura. Apontam-se já alguns efeitos gerais que parecem ser tanto negativos como positivos. Os mecanismos da sociedade de informação em que nos encontramos conduziriam, segundo alguns, a processos de «desagregação» e de «desmassificação». Concomitantemente prevêem-se quatro fenómenos de notória incidência cultural, definidos por termos menos comuns: descentralização (pois há disseminação na produção – o indivíduo fica com capacidade para lançar o seu texto), desnacionalização (pois não há fronteiras de circulação do produto), desintermediação (na captação e no fornecimento do texto – perdem função os editores e os bibliotecários), desespecialização (já que a virtualidade não precisa de contentores físicos)⁴⁷.

As consequências são evidentes: o texto passa a circular sem filtros e sem a chancela de um editor – que, sendo intermediário, deveria também ser intérprete de normas e comportamentos colectivos; a publicação indiscriminada, com a facilidade permitida, cria excesso de ruídos e dificuldade de selecção – o que acarreta distorções para a noção basilar de «leitura» (ler é escolher). Há proposta de solução numa autoridade responsável por uma «web semântica, capaz de estruturar e filtrar a informação mediante *thesauri* realizados especificamente para as línguas nacionais; mas será também necessário gerar textos electrónicos com os novos sistemas de indexação e com os metadados nos lugares apropriados da página electrónica a fim de que eles possam ser reconhecidos e apresentados ordenadamente pelos pesquisadores de Internet»⁴⁸.

Os novos meios podem conduzir a leituras mais dispersivas, mas podem também levar a leituras mais intensas (dependendo dos instrumentos postos à disposição e da formação de novas mentalidades)...⁴⁹. Será necessário uma nova didáctica para uma nova aprendizagem de leitura: para que não se trate apenas de alargar o que antes era processo intuído e agora seja processo conduzido e planeado.

⁴⁵ Tomamos a informação em *Le Monde – Dossiers & Documents*, Setembro de 2005. Vale a pena reter a cronologia da iniciativa: em 7 de Outubro de 2004, a Google, na Feira de Francoforte, anuncia o projecto de permitir a consulta de livros em linha; em 14 de Dezembro, lança o projecto, tomando como objectivo colocar em linha 15 milhões de livros, em associação com duas grandes Universidades (Stanford e Michigan) e a colaboração de algumas outras (Harvard, Oxford, New York); em 27 de Abril, 19 bibliotecários, representando outras tantas Bibliotecas Nacionais, intentam lançar um projecto alternativo; em 28 de Abril de 2005, seis países europeus solicitam à UE que concretize a Biblioteca Virtual. Em Agosto de 2005, a Google, anuncia uma pausa para negociar direitos de autor. A Yahoo responde ao desafio, comprometendo-se, por seu lado, a encetar em 2006 um programa que dentro de alguns anos coloque também em linha vários milhões de monografias.

⁴⁶ Por muita autoridade que tenha Jean-Noel JEANNENEY, *Quand Google dééifie l'Europe. Plaidoyer pour un sursaut*, Paris, 2005, pode ser interpretado de forma dúplíce: em nome de uma cultura que se sente ameaçada, joga-se sobre o adversário a exigência de que as «coisas devem ser bem feitas»; porque não se desenvolvem alternativas, apela-se ao boicote, porque há uma ameaça global à cultura. Esperemos que o bom-senso prevaleça e os conflitos não degenerem em miopia e os efeitos atinjam a cegueira. De qualquer modo, a «guerra das bibliotecas digitais foi declarada», com a União Europeia em Setembro de 2005 a anunciar que irá consagrar cerca de 100 milhões de Euros a um programa de desenvolvimento coordenado de ferramentas e de conteúdos: *European Digital Libraries FAQ*.

⁴⁷ Alessandro CAVALLIERE, *El libro impreso y el libro digital*, Alicante, Universidad, 2005.

⁴⁸ José Luis CANET, «Bibliotecas digitales españolas a texto completo», *Syntagma – Revista del Instituto de Historia del Libro y de la Lectura*, 1 (2005), 149-159.

⁴⁹ Será necessário formar para saber como aproveitar indexação de palavras e sua distribuição, como gerar e analisar concordâncias com apuramento de funcionalidade da palavra e do seu conteúdo

Para todos os efeitos, as anteriores categorias de texto e de livro estão postas em causa⁵⁰: o livro era um produto acabado, definitivo, referenciável, estável, merecedor de preservação – porque o próprio autor (que em Horácio tinha um paradigma) o destinava à perenidade. O texto, por seu lado, era entendido como unidade orgânica, estruturada – sintacticamente e semanticamente. Como tal era transmitido. As relações deixaram de ser tão formais como antes; as distâncias encurtaram-se.

A mediologia⁵¹ (que hoje se advoga) reconhece o texto como um produto lábil, fluido, aberto à interconectividade, mas exposto menos à hierarquização do que à justaposição (colagem) de elementos (nem sempre estruturados e menos ainda estruturantes de conhecimento); de facto, a informação parece resultar mais de um somatório de dados que de um conjunto orgânico com forma e estrutura definidas, porque não baseados em marcas estabilizadoras de conteúdos. Há alguns dados que não podem deixar de merecer atenção no domínio do livro e da leitura: há desmateriação de suporte; há desmediação de intermediários; há desregulamentação nas normas de configuração do texto (e da língua). Podemos clamar que se está a subverter o primitivo conceito de texto (que etimologicamente supõe uma tessitura que cria uma rede interior, fixa uma estrutura e encaminha para um sentido). Falta saber se com isso se está também a subverter o primitivo conceito de leitura – que, sendo processo, assenta numa dinâmica de formação humana e supõe um modo de inter-relação em comunidade – coisa que, como bons filhos da Revolução francesa, preferimos hoje designar por cidadania. Por muito que se tenha esquecido, a velha etimologia de «ler» – *legere*, em latim – remete-nos para um processo humano que é basicamente o de «escolher» (responsavelmente em comunidade – sem presumir de qualquer imaginário anárquico).

A leitura não é o único modo de gerar sentido de escolha, mas, porque pode associar o lúdico (em momento de descontração) com o imaginativo (que leva para além do quotidiano), com o potencialmente criativo (desperta capacidades) e com o estruturante (pelo carácter orgânico do texto e pela oportunidade de confrontar os leitores com propostas credíveis – ao menos enquanto estruturadas) ou também com a opção de uso do tempo livre (só nas Regras Monásticas se marcava um horário para a leitura). Por tudo isso havemos de conceder-lhe (à leitura) uma função de alta influência nos comportamentos individuais e colectivos. Verdade é que os «hábitos de leitura» não são úteis apenas pela repetição, mas fundamentalmente pela interiorização que provocam no indivíduo quanto

50 Possivelmente haverá quem um dia o redescubra. O escritor chileno, SKÁRMETA acabou uma conferência em tom irónico e jocoso sobre as novas tecnologias e o contraste com o livro do seguinte modo: «Acabo de volver de Estados Unidos y quiero plantear lo siguiente: en el país vanguardia de la innovación tecnológica ha aparecido un nuevo producto que desde Nueva York a San Francisco tiene enloquecidos a los norteamericanos. El invento se llama... *book*. El invento es definido como un avance tecnológico revolucionario. *Book* es un objeto que no necesita cables, ni circuitos ni baterías. Ni ninguna fuente energética a la cual deba ser enchufado y encendido. No hay que tener cortes ni racionamientos. *Book* es un invento que puede ser usado en cualquier parte: a la orilla de la chimenea, relajado en un sillón, cuando es invierno; o a la vera del mar, sobre la arena, cuando es verano. *Book*, sin embargo, es un dispositivo capaz de contener tanta información como un disco CDROM. He aquí cómo funciona *book*: está constituido por cierto número de hojas de papel, numeradas y reciclables, cada una de las cuales contienen miles de unidades de información. Las páginas están unidas y prensadas por un mecanismo llamado empaste, que mantiene a las hojas en su secuencia correcta. Cada página de *book* es escaneada ópticamente transmitiendo la información directamente hasta su cerebro. Con un simple golpecito con la yema de sus dedos lo traslada de la página en que está a la siguiente. En *book*, existe la función "ojetear", que le permite a usted moverse instantáneamente a cualquier página y retroceder o avanzar según su deseo. Transportable, duradero y a precio razonable, *book* ha sido celebrado como un precursor de la nueva ola... ¡¡Señoras y señores... compren *book!*». Queremos acreditar que os ouvintes lhe fizeram a vontade.

51 O termo está em Régis DEBRAY, *Cours de médiologie générale*, Paris, Gallimard, 2001.

à formação de uma consciência social e quanto à aquisição de capacidades actantes no julgar das atitudes, mediante operações tão significativas como perceber, classificar, organizar⁵².

Não estaremos longe das funções que em tempos se atribuíam à escola. A reinvenção desta é uma necessidade tanto mais urgente quanto lhe imputam uma profissionalização à vista, em que a obrigam a admitir um retorno imediato (em nome de uma economia que querem sustentada). Condenando a escola a exercer funções que não lhe pertencem, ela sairá diminuída. Com isso, o iletrismo será possivelmente um destino inevitável... Em nome de uma cidadania partilhada não nos podemos resignar a tal desregulação e a tal condenação.

52 Cf. R. CHARTIER, *Cultura escrita, literatura e história (conversaciones de Roger Chartier)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1999, 195.